

SUCESSÃO E COEXISTÊNCIA GERACIONAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE VIDA DA SEGUNDA GERAÇÃO¹

Alexsandro Elias Arbarotti²

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa foi analisar como ocorre o processo de sucessão e coexistência geracional nos assentamentos de reforma agrária por meio de um estudo de caso no maior assentamento do estado de São Paulo (Reunidas - Promissão/SP). As bases teórico-metodológicas da investigação trouxe categorias de análises pouco usuais em estudos de assentamentos, articulando teorias sociológicas clássicas e contemporâneas, o que permitiu perceber por outro ângulo as metamorfoses que vem ocorrendo na atualidade dentro dessas localidades. A observação das estratégias de vida da segunda geração permitiu perceber que as frágeis políticas públicas de financiamento e assistência técnica levam os sujeitos da segunda geração buscarem distintas estratégias para a permanência. Estratégias que estão pautadas na diversificação de atividades, agrícola e não agrícola, dentro e fora do lote. No mesmo sentido foi possível identificar uma mudança significativa no que se tinha como identidade camponesa (ligação sentimental com a terra), e do sujeito da reforma agrária (ligado à transformação social por meio da luta pela terra), para uma nova forma de permanência da segunda geração que não traz uma identidade fechada, mas aberta a elementos que tomam como pressuposto a terra como capital, a busca de boa renda e o acesso ao consumo e a renda.

¹ O presente artigo tem como fundamento pesquisa de Mestrado financiada pela FAPESP, intitulada: “Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária: estudo sociológico sobre gerações e identidades” (ARBAROTTI, 2014).

² Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Campus Marília), Mestrado pela Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e Doutorando pela mesma instituição. Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas Agrária e Ambiental (Unesp – Campus Marília) e membro do Grupo de Estudos Ruralidades, Ambiente e Sociedade da UFSCar.

Introdução

A questão fundiária brasileira pode ser remetida à época da colônia e as tentativas de regulação do uso da terra podem se remeter à Lei de terras de 1850. Os elementos históricos que tiveram início na colônia provêm em linha reta até o latifúndio atual. Esses latifúndios, que outrora dependiam da mão de obra indígena e da importação de escravos africanos, hoje esbanja crescimento à custas de pagamento de baixos salários e péssimas condições de trabalho (GALEANO, 1983; MARTINS, 2003; SILVA; MARTINS, 2010). Entretanto, toda essa violência sofrida não foi aceita sem resistência e embates. É notório na história brasileira os levantes, os movimentos messiânicos, as organizações sindicais (ligas camponesas), os movimentos sociais e tantos outros modos de resistência elaborados por esses sujeitos que sofreram em suas histórias e subjetividades a violência do avanço do capital sobre as áreas rurais.

Com a formalização dos movimentos sociais, principalmente a partir da década de 1980, os movimentos populares e quase espontâneos foram substituídos por movimentos políticos com bandeiras, estratégias e cronogramas de luta. Nesse cenário destaca-se a formação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 1975, e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em 1984, ambos responsáveis por protagonizar a reinserção do debate sobre reforma agrária na agenda dos debates políticos no Brasil dos anos 1990 (NORDER, 2004; MARTINS, 1986).

E em resposta a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra foi elaborada, por parte do Estado, a política de assentamentos rurais. Essa política teve, e tem, como característica marcante apaziguar os conflitos no campo e não tocar na estrutura fundiária do país. Esse atributo, de ser uma política pontual, se deve em grande medida às classes dirigentes do Brasil, pois, historicamente, seus interesses estiveram ligados ao desenvolvimento de uma agricultura vinculada ao grande capital, não possibilitando a efetivação de políticas que tocassem a fundo a questão fundiária. Oliveira (2007) aponta que as primeiras propostas efetivas de lei sobre reforma agrária surgiram após a Constituição Federal de 1946, porém, nenhum projeto foi aprovado diante da configuração conservadora e atrelada aos latifundiários do parlamento. Desse modo, as políticas agrárias seguiram a tendência de não tocar a fundo a questão fundiária e se firmaram como políticas pontuais até os dias atuais.

Essas políticas públicas, de Projetos de Assentamentos, apesar de todas as dificuldades e embates políticos, são uma realidade desde a década de 1980. E essas

localidades se estabeleceram como alternativas à produção de alimentos, à questão ambiental (pois é opção a monocultura), além de ser, também, possibilidade de trabalho e local de sociabilidade e cultura. Porém, passadas algumas décadas desde os primeiros assentamentos a questão que surge é como acontece na atualidade o processo de reprodução social dentro destes espaços. Reprodução social, no sentido do surgimento de uma nova geração dentro dos assentamentos, que na pesquisa que dá base a esse artigo foi chamada de *segunda geração*, e sua coexistência com a geração que lutou, conquistou um lote e a partir daí reordenou sua vida e passou a viver da terra, chamada, na pesquisa, de *primeira geração*³. Nesse sentido, a pergunta que guia a construção desse artigo é: *Quais são as estratégias traçadas por esses sujeitos da segunda geração para permanecerem no projeto de assentamento?*

A proposta com essa questão é mostrar que a permanência passa, necessariamente por arranjos e estratégias de busca por alternativas de trabalho e renda, que em muitos casos se diferem sobremaneira das estratégias adotadas pela primeira geração⁴. Entretanto, é importante deixar claro que esses fatores não definem esses sujeitos, mas sim as atitudes não profissionais ligadas às suas trajetórias, a família, as atividades lúdicas e esportivas, os grupos políticos e religiosos entre outros. Essa concepção está em consonância com a proposição de Daniel Bertaux (1979), quando afirma que ainda estamos muito presos a uma ordem social instituída em que a profissão é que confere identidade social aos sujeitos. Nesse sentido o autor propõe a ideia de uma sociedade em que as práticas dos grupos e indivíduos não tenham por fim produzir mercadorias, “mas sim *viver*, atividades que seriam, por si mesmas, seu próprio fim” (BERTAUX, 1979, p.46).

Para o maior aprofundamento e análise dos elementos subjetivos que guiam esses sujeitos, na permanência e elaboração de estratégias para obter renda, o instrumento metodológico utilizado foi a história oral, por meio da coleta de depoimentos, em um estudo de caso. Este estudo de caso foi realizado no ano de 2013, na Agrovila Campinas, no Assentamento Reunidas que está situado no município de Promissão/SP. A escolha da

³ Geração pensada na perspectiva de Mannheim (1992) que define como geração um fenômeno essencialmente cultural de partilha da mesma experiência cultural. Sendo assim, o que forma uma geração não é a data de nascimento comum, mas a parte do processo histórico que pessoas da mesma idade-classe de fato compartilham como geração atual. Assim, é possível afirmar que não há uma superação factual de uma geração para outra, mas sim uma coexistência entre gerações, pois as fronteiras que separam as gerações não podem ser claramente definidas.

⁴ Nesse texto não será possível aprofundar a comparação entre as gerações e as suas transformações. Essa comparação é realizada em minha dissertação de mestrado, ARBAROTTI, 2014.

agrovila justifica-se pela concentração de famílias que foram organizadas pelo MST na região e pelo fato de a maioria das famílias terem passado pela experiência de viver na cidade depois de longos processos migratórios e de expropriação. Esses fatos permitiram perceber uma gama maior de experiências sociais e políticas dos sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra. Já o assentamento como um todo justifica-se por ser um dos primeiros dentro do I Plano Nacional de Reforma Agrária, ter mais de 25 anos (o que representa um elemento essencial para o estudo de gerações) e ser o maior do estado de São Paulo.

Experiência e identidade: pistas para pensar as novas estratégias e os arranjos

Para se pensar as estratégias e arranjos elaborados dentro de cada lote para a permanência dos sujeitos da segunda geração é imprescindível se pensar a trajetória de cada um desses sujeitos: suas experiências de vida. *Experiência* no sentido proposto por Thompson (1978), pois partindo dessa noção foi possível perceber os sujeitos como construtores e propositores de suas próprias histórias. Essa ideia de experiência dos sujeitos, portanto, está inserida dentro de um emaranhado das relações das realidades sociais, pois em última instância foi gerada na “vida e nas relações materiais” e estruturada em termos de classe no que o autor chama de *habitus de viver*. E esse *habitus de viver* são as regras e expectativas apreendidas pela *experiência* e pelo *sentimento* na família, no trabalho e na comunidade imediata. Esse conceito permitiu romper com a ideia de que os valores são impostos pelo Estado e pela ideologia e que os sujeitos os assimilam totalmente. Nestes termos, foi possível perceber que as trajetórias dos sujeitos da segunda geração são múltiplas e marcadas por várias *idas e vindas*⁵, ligadas a formulação e reformulação contínua de seus projetos de vida. Ao observar essa movimentação de trajetórias, de *idas e vindas*, foi possível perceber que os sujeitos acumulam um repertório que os faz perceber a localidade e o trabalho na agricultura em outra perspectiva e, por isso, elaboram distintas estratégias de permanência.

Digo, outra perspectiva, pois a ligação dos sujeitos com a localidade deve ser pensada em novos termos. A localidade do assentamento, nesse sentido, deve ser vista como espaços de vida que engendram novas identidades, pois essa ligação afetiva, dos

⁵ Idas e vindas no sentido de saírem do assentamento para terem as mais variadas experiências de trabalho de formação profissional fora do assentamento. No presente artigo não será possível trazer essas as experiências de cada sujeito pesquisado, mas essas trajetórias podem ser conferidas em ARBAROTTI, 2014.

sujeitos da segunda geração, não podem ser pensada como reprodutora, mas sim como uma heterogeneidade de sentidos, interesses e relação que cada grupo social atribui a localidade rural a que está inserido. Assim, a identidade, pensada por meio de uma análise discursiva, enxerga a “identificação como uma construção, um processo que nunca se completa – como algo sempre em processo” (HALL, 2011, p.106). Assim, a identidade é entendida como algo não fixo e imutável, mas sim como estratégias e iniciativas específicas dentro de um processo contínuo de remodelação e modificação por meio das relações sociais e culturais. É justamente o que afirma Hall (2006), ao dizer que as identidades na contemporaneidade devem ser percebidas como uma celebração móvel, ou seja, aberta, contraditória, fragmentada e plural. A identidade, deste modo, afasta-se de um modelo essencialista e se define como sendo um processo contínuo.

E são justamente essas experiências e a formulação de novas identidades que permitem aos sujeitos da segunda geração formularem novas estratégias de permanências. Essas experiências serão tratadas a seguir.

Estratégias e arranjos de permanência: trabalho e geração de renda.

A resposta à questão – *Quais são as estratégias traçadas para permanência no projeto de assentamento?* – foram variadas, mas sempre evidenciou como elemento decisivo a possibilidade de trabalho e geração de renda. Esse é um ponto fundamental no jogo das relações, pois o fato de se ter pouca renda e em consequência não acessar determinados bens de consumo e serviços são motivadores da saída de muitos sujeitos. Lucas⁶, do lote “A”, enumera o que as gerações mais novas querem em sua opinião: “*Quer carro novo, você entendeu? Quer moto nova! Ai?... Antigamente não, bicicleta estava bom né. (risos). Quer um celular bom!*”.

Nestes termos é possível perceber que o consumo é também um elemento marcante da identidade desses sujeitos, mas não no sentido de acúmulo de capital, exclusivamente ligado à acumulação de riqueza, mas ligado a objetos desejados por seu valor de uso, por sua função ostentatória ou como marcador de diferença, como pode ser evidenciado na discussão de Boltanski e Chiapello (2009), quando os autores tratam sobre a maneira como os sujeitos engajam-se no “espírito capitalista” e suas justificativas e os sentidos que

⁶ Todos os nomes são fictícios e para demarcar que os sujeitos são de lotes diferentes os mesmos são caracterizados com letras do alfabeto.

atribuem para os atos que decorrem disso. Por “espírito do capitalismo” os autores entendem a ideologia que justifica esse engajamento no projeto capitalista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Essa definição de “espírito do capitalismo” está embasada primeiramente em Weber (2004) quando este remete-se ao “espírito do capitalismo” como sendo um conjunto de motivos éticos, que mesmo estranhos na sua finalidade ética à lógica do capitalismo, inspiram os sujeitos a ações que favorecem a acumulação de capital. Essa relação moral entre o trabalho e o homem seria determinada pela vocação ao trabalho (*Beruf*), no caso o *ethos* protestante em detrimento do *ethos* católico⁷. Assim é possível perceber que os sujeitos necessitam de poderosas razões morais para aliar-se ao capitalismo (WEBER, 2004; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Seguindo essa esteia, Boltanski e Chiapello (2009) acionam a reformulação de Albert Hirschman⁸ sobre essa definição weberiana para entenderem como em determinado momento da era moderna as atividades lucrativas passaram a serem consideradas honrosas. Para Hirschman, diferente de Weber, a motivação não passou pela esfera das motivações psicológicas dos sujeitos, mas sim, em primeiro lugar, afetou o campo político. Isso se daria a partir do pensamento laico do iluminismo, que justificava, em sua opinião, as atividades lucrativas como um bem comum para a sociedade. Nesse sentido as elites do século XVIII buscaram as *vantagens sociopolíticas* que derivavam das atividades lucrativas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Partindo dessas duas posições, Boltanski e Chiapello, (2009) buscaram as justificativas do “novo espírito do capitalismo”, no sentido de abarcar as justificativas individuais (Weber) e as justificativas gerais (Hirschman). E é nesse sentido que surge a definição dos autores, afirmando que o novo espírito do capitalismo é

⁷ Para Weber (2004) o conceito *Beruf* assume um elemento novo a partir da ética dos protestantes, pois passa a haver a “valorização do comprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo que a auto-realização moral é capaz de assumir” (p. 72).

⁸ Albert Otto Hirschman (1915 – 2012) foi um economista alemão educado em Paris e Londres. Lutou na II guerra mundial pelo exercito francês, emigrou par os Estados Unidos depois da guerra e também viveu na Colômbia. Atuou nas universidades de Berkeley, Yale, Columbia, Havard e Princeton. Hirschman se opôs à aplicação da doutrina econômica convencional ao desenvolvimento econômico. Considerava que as medidas para desenvolver um país devem ser analisadas caso a caso, mediante a exploração dos recursos locais para conseguir os melhores resultados. Impor uma estrutura doutrinal uniforme sem considerar as circunstâncias locais era, segundo ele, uma receita para o desastre. Hirschman também estudou a interação entre a soberania do consumidor e a concorrência empresarial no famoso livro de 1970, “*Saída, Voz e Lealdade*” (Fonte: site do Conselho regional de economia: <http://www.corecon-rj.org.br>).

“(…) justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

O objetivo com essa definição é buscar as variações observadas, separando os conteúdos substanciais, para pensar em uma forma que pode ser preenchida de maneiras diversas e em diferentes momentos da evolução dos modos de organização das empresas e dos processos de obtenção de lucro capitalista. A legitimidade do capitalismo dá-se, justamente, pela concepção de que a busca do interesse individual serve ao interesse geral, assim, o crescimento das riquezas, independente do beneficiário, é considerado bem comum. São os dois níveis lógicos do espírito do capitalismo, o primeiro ligado às ações que concorram para a realização do lucro e o segundo, dotado de certo grau de reflexividade superior, buscando julgar os atos do primeiro em nome dos princípios universais. Entregar-se a “paixão dos ganhos” e a instauração de uma sociedade do consumo, algo dificilmente quantificável, é justificado pelas vantagens quantificáveis da acumulação e justifica o engajamento dos sujeitos em operações altamente generalizadoras. Dessa forma, apesar de as empresas privadas capitalistas estarem orientadas para a acumulação do capital, antes, porém, devem satisfazer e antecipar as vontades dos consumidores. A justificação do capitalismo desenha-se, assim, supondo referenciais e construtos de outra ordem diferentes das exigências impostas pela busca de lucro (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Mas isso tem o preço não mencionado de transformar o amante de arte, o cidadão, o estudante, a criança em relação a seus professores, o beneficiário da ajuda social... em consumidor (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 45).

O engajamento e o poder de mobilização, necessários para o capitalismo, passam, desse modo, por recursos que estão fora de si mesmo, isto é, nas crenças, que tem grande

poder de persuasão, e nas ideologias, inclusive as que lhe são hostis. O espírito do capitalismo é animado por duas faces, uma voltada para dentro, que é o processo de acumulação legitimado, e a outra, voltada para fora, orientada para as ideologias impregnadas pelo capitalismo e que são responsáveis por oferecer precisamente aquilo que lhe falta: “razões para participar do processo de acumulação ancoradas na realidade cotidiana e diretamente relacionadas com os valores e as preocupações daqueles que convém engajar” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 54). Esse movimento age sobre os sujeitos de duas formas principais. Alguns sujeitos confrontados a esses valores individualistas procuram se defender e justificar suas identidades a despeito do que lhes é apresentado, outros, por sua vez, mostram-se atraídos por esses novos valores que prometem libertação individual e igualdade.

Nesse sentido, de se aproximar desses valores e busca de reelaboração da identidade a partir do consumo, surge a fala de Ulisses, do lote “B”, quando esboça os motivos que o levou a sair do lote para a cidade: *“Fui porque todo mundo estava indo, os jovens todo mundo indo e você via que eles estavam indo e estava tendo as coisas deles”*. “Tendo as coisas”, significa, nesse caso, a conquista de bens materiais que os jovens que trabalhavam na cidade compravam e os que trabalhavam no lote não conseguiam comprar. Essa é a justificativa de muitos ao dizerem os motivos de terem saído do Assentamento: a falta de possibilidade de adquirir bens de consumo. Bruno, do lote “D”, no mesmo sentido, ao falar da imagem que ele e seu irmão tinham por conta das roupas que vestiam, termina por caracterizar a imagem que o jovem do assentamento procura atualmente,

Que nem eu e meu irmão, o pessoal da cidade não acreditava que a gente era de roça, porque a gente realmente trabalhava bastante e a gente queria se vestir bem. Então a gente vinha para a cidade em festa e o pessoal às vezes não acreditava que a gente trabalhava na roça, e até hoje eles não acreditam.

Sol, chuva... quer ter imagem o jovem, sabe? Eu ando com um carro, eu ando com uma roupa de marca, mas eu sou um cortador de cana, entendeu? Então para ele (jovem) não é bom...

Entretanto, não há simplesmente a adoção ou rejeição por parte dos sujeitos desses novos valores, na verdade os sujeitos passam por ambos os casos, em um processo de “sedução-resistência-busca e autojustificação” e é a partir desse movimento que se

estabelecem as novas representações. Isso ocorre principalmente porque o “novo espírito do capitalismo” transforma-se constantemente para atender a necessidade de justificação dos sujeitos e tornar sedutoras as novas formas de acumulação (dimensão estimulante de todo espírito) sem, no entanto, lhes deixar de conferir garantias de segurança e razões morais para as ações.

Este amálgama heterogêneo de motivos e razões se mostra variável no tempo, segundo as expectativas das pessoas que caiba mobilizar, segundo as esperanças com que elas cresceram e em função das formas assumidas pela acumulação em diferentes épocas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 58).

A identidade dos sujeitos, portanto, está relacionada ao consumo, além de suas experiências múltiplas, pois cada sujeito elabora, a partir de sua decisão de permanência e munidos de suas experiências, estratégias de trabalho e geração de renda que possibilita o acesso a determinados bens de consumo. Mesmo que esta permanência configure-se de modo desafiador e incerto, pois supõe a rotina de um árduo trabalho e, em alguns casos, não garantirá a possibilidade de consumir todos os bens esperados, como aponta Ulisses, do lote “B”:

Porque é difícil aqui, é difícil você ter as coisas aqui, fica porque tem que gostar da terra mesmo. Porque você vê seu colega ali tendo um carro tendo uma coisa e você vê que você não vai ter se você continuar aqui, a não ser que você tiver alguma coisa para investir, se você não tiver você sabe que você não vai ter. Você vai ter para comer ali, vestir uma roupinha ali, você não vai ter o bem material maior que você almeja (ULISSES/Lote “B”).

E a fala do Bruno, do lote “D”, vai no mesmo sentido,

Se tivesse um meio mais fácil de o jovem sobreviver, porque o jovem hoje quer ter carro, roupa boa, mas ele não quer ralar para conseguir aquilo. Ele quer um meio de vida fácil. É uma grande diferença do trabalho para se sustentar no sítio e na cidade, entendeu? Que nem, por exemplo, de uma pessoa que trabalha na roça o dia inteiro e uma pessoa que trabalha na cidade em escritório dentro do ar-

condicionado ou dentro de uma firma, então para eles (os jovens) é muito mais fácil vir trabalhar em uma firma do que ficar lá na roça para conquistar as coisas (BRUNO/Lote “D”).

As falas apontam para a dificuldade e o quão árduo o trabalho no campo revela-se e, além disso, o quanto este trabalho não possibilita o retorno de renda necessário para se ter acesso ao “bem material maior que você almeja”. Por isso, pesquisas apontam para uma mudança de ramo das novas gerações, buscando atividades que oferecem remuneração maior que a agrícola, além de serem mais valorizadas simbolicamente como revelou a última fala de Bruno. Por outro lado, essas ocupações, muitas vezes, exigem baixo nível de qualificação e por mais que o retorno financeiro seja maior e simbolicamente ser mais atraente a situação real é de vulnerabilidade (DEL GROSSI, CAPANHOLA, SILVA, 2002).

O caso de Bruno, do lote “D”, é sintomático nesse sentido, pois este deixou claro que parou de trabalhar no lote porque não era o que queria, não havia identificação com o trabalho, *“eu vivi dentro daquele barro quinze anos, pelo amor de Deus, misericórdia, e não era o que eu queria”*. A sua fala revela que o trabalho no lote era algo que mexia com barro e por isso, na sua concepção, algo que lhe conferia um trabalho inferior em relação ao da cidade, por isso procurou uma ocupação mais atraente simbolicamente, que no caso foi a de cabelereiro. Entretanto, Bruno não abre mão de morar no lote, por tudo aquilo que representa e já fora colocado, assim torna-se, junto com vários outros sujeitos “usuários da cidade” e “migrantes cotidianos”, transformando a sociabilidade do lote e do assentamento como um todo. E esses sujeitos vivem em um intenso processo de mediação entre as duas localidades, transmitindo valores e tensões (CARNEIRO, 2012).

Outro ponto é a falta de possibilidade de investimento, como disse Ulisses, do lote “B”: *“a não ser que você tiver alguma coisa para investir”*, não é possível viver exclusivamente do trabalho no lote. Catarina, do lote “C”, que trabalha na administração pública da cidade de Promissão, também traz esse elemento à tona em sua fala, *“Tem que ser extremamente profissional da roça, tem que ter acesso a um capital. Eu acho que é possível, mas tem que se especializar muito”*. Com isso aparece outro elemento que marca a possibilidade de se ter bom rendimento dentro do lote: especialização. Seguindo esse raciocínio Catarina vai complementar: *“Capital e qualificação. Eu não me qualifiquei para*

trabalhar nisso, porque não basta querer. (...) Tem que ter qualificação técnica e participação da família integral". Para Lucas, do lote "A" a questão é a seguinte,

Sítio é complicado, porque para jovem assim que tem uma certa ambição de querer crescer alguma coisa é complicado. Sítio é para você, que nem meu pai, aposentado, não depende disso aqui. Quem nem o Ferreira, ganha lá, tira seus mil, mil e quinhentos reais do sítio, dá para ele comer, para a mulher comer, comprar alguma coisinha, se entendeu, sítio é para isso. A não ser que você tem uma visão empresarial, de investir alto e tudo, mas precisa de investimento (LUCAS/Lote "A").

É nesse sentido que Wanderley (2009) vai afirmar que "(...) a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica na reconstrução de sua própria identidade profissional" (p.121). O agricultor moderno, como disse Lucas, passa a ter a necessidade de ter visão empresarial e ser capaz de lidar com tarefas que vão desde tratar o gado, tirar leite, plantar e colher os alimentos até a contabilidade, contratos de financiamentos para investimentos e visão de mercado.

Porém, devido à falta de capacitação, assistência técnica básica e acesso a capital por meio de financiamentos, todos os entrevistados afirmaram que não é possível viver, do modo como se apresenta hoje a realidade do campo, exclusivamente da produção do lote. É o que diz José, do lote "C" (ele é casado com Catarina), sobre a possibilidade de se viver somente da produção no lote: *"Olha, dá para passar meio apertadinho, você tem que tirar um monte de coisa. Só sei que é difícil! Dá para viver, mas no limite. (pausa) Não dá!"*.

Assim sendo, a realidade mostra que as localidades rurais, atualmente, estão cada vez mais voltadas para atividades não agrícolas dentro e fora das localidades rurais, ou seja, estão marcadas pela pluriatividade⁹. Esse conceito é importante, pois possibilita

⁹ Antes de prosseguir é importante pontuar que o uso do termo pluriatividade na pesquisa se faz de modo a pensar as estratégias que os sujeitos da segunda geração encontram para elaborar estratégias de permanência. Portanto, levo em consideração todo processo histórico de usurpação dos sujeitos de suas terras que os fizeram permanecerem somente com a força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Assim, quando conquistam um pedaço de terra, as marcas históricas dessa usurpação não são apagadas totalmente e o sistema social voltado ao capital não permite total autonomia com a terra e, por isso, para sobreviver buscam estratégias múltiplas de trabalho e geração de renda. A pluriatividade, que é uma realidade para as populações rurais há décadas, deve ser vista como resultado de uma realidade que não proporciona a viabilidade da permanência no campo somente com o trabalho agrícola, ou seja, é a única opção de manutenção dos pequenos produtores agrícolas marginalizados pela modernização conservadora do campo. Toda a lógica dos agentes estatais que estão voltados a agricultura capitalizada e de grandes extensões não

juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Assim, permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias (DEL GROSSI; SILVA, 1998, p. 26).

Os quatro lotes pesquisados nesse estudo de caso apresentam esse cenário, uma vez que nenhum está voltado unicamente para a produção no lote. Em todos os sujeitos estão envolvidos em atividades diversas, ligadas diretamente a agricultura ou sem relação direta. São novas formas de organização dentro dessas localidades, que assumem novos significados e buscam ser alternativas ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão agrícola dominante. É o que Scopinho (2010) irá sugerir como sendo a capacidade dos trabalhadores no assentamento de não só interpretar a realidade vivida e partilhada, mas de agir de forma propositiva e transformadora. Os lotes e o Assentamento como um todo ficam, assim, marcados pela variação de um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas. Isso é apontado como decorrência da

(...) ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais, sobretudo as mais próximas das grandes cidades. Destacam-se também as famílias pluriativas, que se caracterizam pela combinação da atividade agrícola a outras ocupações, como estratégia familiar de melhoria das condições de vida, ou mesmo, como condição de permanência no campo (CARNEIRO, 2012, p.29).

Sintetizando, a situação dos lotes em relação ao trabalho e geração de renda é a seguinte¹⁰:

- No Lote “A” existem atividades agrícolas e não agrícolas. Agrícolas na produção de pepinos em estufas, por meio de emprego de trabalho assalariado

proporciona políticas pertinentes que viabilizem a produção e a renda necessária para a vida no campo para agricultura familiar (SILVA, 1999; SCOPINHO, 2009; MARTINS, 2004; MARX 1964).

¹⁰ Aqui são apresentados lotes em que há sujeitos que apresentam somente uma ocupação(ex. Lote “C”, Selma), entretanto esses lotes são considerados pluriativos por considerar que a composição da renda famílias vem de atividades distintas.

de outros assentados; não agrícola na atividade empresarial de Lucas de compra dos produtos dos assentados e revenda no CEASA (denominada como a principal). A renda de Lucas, portanto, é formada por atividades no setor de produção de legumes, exploração de mão de obra e atividade empresarial;

- O Lote “B” tem uma complexidade maior, pois há duas famílias que vivem dele. A família de Júlia exerce atividades agrícolas de plantio de maracujá e horta para a CONAB e algumas vacas de leite para consumo próprio e para fazer queijos que são consumidos e/ou vendidos. As atividades não agrícolas é a venda de produtos da revista Hermes e Avon e de queijos e doces desempenhada por Júlia. Há também o emprego de seu marido no lote “A” como produtor (denominada como a principal). A configuração da renda fica definida por atividades de produção agrícola, emprego em atividade agrícola e venda de produtos caseiros e não agrícolas. Ulisses, que mora no mesmo lote, desempenha como principal ocupação a atividade não agrícola de pedreiro no município de Promissão e como atividade agrícola produz hortaliças para venda para a CONAB e arrenda a maior parte do lote para plantação de milho transgênico. A renda fica definida por atividades agrícolas, emprego não agrícola na cidade e arrendamento.
- Lote “C”. As atividades desse lote são divididas em agrícolas por José, com gado de leite (denominada como a principal) e plantação para a CONAB e atividades não agrícolas desempenhadas por Catarina que é funcionária em cargo de confiança da administração pública do município de Promissão (denominada também como principal). A renda fica composta, assim, por atividades agrícolas e atividades não agrícolas exercidas na cidade.
- No lote “D”, Bruno não exerce nenhuma atividade produtiva. As atividades de produção do lote ficam a cargo de um tio, uma vez que os pais são idosos e enfermos. A atividade de Bruno é de cabeleireiro no salão que abriu no município de Promissão. Sua renda é composta por essa atividade.

Como visto, todos os sujeitos pesquisados fazem mão dessa estratégia de combinação de atividades para garantir a possibilidade de permanência, fonte de renda e conseqüentemente maior acesso a bens e serviços. Ou seja, existe uma gama de atividades

que são realizadas para que eles consigam renda para poder continuar a viver no lote. E essas estratégias são formuladas sem contar com apoio de financiamento. Esse elemento fica evidenciado com a fala de Júlia , do lote “B”:

Eu fui atrás de um projeto, como é que chama? PRONAF Mulher. Ah eles pedem muita coisa, nossa senhora. Para eu comprar gado, então até aí ele não estava trabalhando lá registrado (referência ao trabalho de seu marido no lote de Lucas), mas pediu muita documentação, muita coisa mesmo, aí eu falei: ah David não vai dá. Até fiador eles pediram. Aí eu falei assim, quem é que hoje que vai emprestar o nome para a gente, para gente fazer um empréstimo no banco para mexer com gado?

O seu irmão Ulisses, do lote “B”, disse a mesma coisa quando perguntado sobre financiamento,

Sinceramente, agora eu não pretendo correr atrás disso não. Dá muita dor de cabeça, por exemplo, quando a mãe falou que era para eu vir que era para eu fazer esse projeto, mais ou menos nós fomos umas trinta e duas vezes na cidade, eu e ela, você coloca trinta e duas vezes na cidade, você paga dez reais nos dois de passagem, era dois e cinquenta na época eu acho, já daria dez, mais uma coisa que se vai para comer, você vai desanimando, você vai lá sempre a mesma resposta, a mesma resposta, a mesma resposta. Não é que é trabalhoso, você tem que ter paciência também para as coisas, mas você vê que não desanda. Desanda para uns que tem influência lá dentro e para quem não tem não desanda. Aí você vai desanimando! Se depender eu não pretendo mexer com o negócio de projeto mais não, mas que eu vou com minhas próprias pernas eu vou.

Sua fala, junto com a de sua irmã, demonstram que existe grande dificuldade para se conseguir acessar financiamento, não só pela falta de fiador, mas pela própria morosidade do processo e, além disso, aparece na fala certo favorecimento para que alguns sujeitos consigam acessar com mais facilidade que outras. Essa questão eu não pude aprofundar e verificar se é apenas atrito com os que acessam ou se realmente existe favorecimentos. O importante é notar que foram desfavorecidos e por isso encontram maior fragilidade em relação à permanência, uma vez que sem financiamento é difícil obter capital para investir na produção.

Outro ponto levantado, além do capital e financiamentos, foi a qualificação técnica. Segundo todos os entrevistados a assistência até existe, mas os técnicos do ITESP e do INCRA, que dão assistência no assentamento, são poucos para o número de famílias. Esses técnicos, segundo os assentados, trabalham sob as demandas e necessidades requisitadas pelas famílias, não contribuindo com novidades de produção e formação. Por conta dessa situação, muitas famílias acabam plantando e somente quando surge um problema buscam orientação técnica. Foi o que aconteceu com a plantação de maracujá de Júlia, do lote “B”,

Nos plantamos maracujá, quando você veio aqui nós ainda não tínhamos plantado maracujá? Duzentos e poucos pés de maracujá nós plantamos, só que como a gente não foi atrás do agrônomo, alguém para ajudar nós, nós plantamos sem orientação... Nós plantamos com dois metros de distância, um pé um do outro, e por fim ele enramou, o agrônomo falou que a gente tinha que ter podado, já que plantamos muito perto um pé do outro, e deu no que deu e agora morreu um bucado dos pés, e são dois anos produzindo. A Sílvia que fez as mudas, ela falou assim: “Olha, são dois anos produzindo, cuidando bem” (JÚLIA / Lote “B”).

No lote “B”, Ulisses também teve dificuldades com uma plantação que fez,

(...) plantei a primeira vez não deu certo, plantei o quiabo para poder produzir ele irrigado, aí não deu certo, não sei por que não deu, se foi a terra, se foi adubo, se foi alguma coisa.

Você pediu assistência?

Veio o pessoal aí do ITESP. Os caras vieram aí, deram umas instruções, passei adubo, mas não adiantou¹¹. Aí, que nem assim, eu gastei um tanto, ele me produziu a metade que eu gastei, ficou minha mão de obra, e eu devendo o que eu tinha comprado. Aí deu uma desanimada.

Posteriormente, Ulisses disse ser esse empreendimento mal sucedido que determinou a sua busca por um trabalho alternativo, no caso pedreiro. Esses casos revelam

¹¹ Depois eu soube por ele mesmo que a procura pelo ITESP se deu depois que a plantação estava com problemas.

que não é somente o capital, mas a qualificação somada ao capital que vão possibilitar que haja investimento e retorno satisfatório para possibilitar a permanência.

Todavia, essas estratégias, de variados tipos de ocupação por um mesmo sujeito ou pela família, não podem ser vistas como um simples processo de aculturação e “descampenização” do campo. A pluriatividade deve ser vista como a resposta do agricultor familiar ao processo de modernização, que tem a capacidade plástica de relacionar e reinventar as suas tradições culturais às novidades trazidas pela relação com outras localidades. Essa ressalva é importante para romper com o paradigma da cultura camponesa como passiva e oposta à mudança. A cultura camponesa não deve ser vista como algo estático, mas inserida na dinâmica da sociedade e capaz de se reelaborar diante das novas estruturas, sem abrir mão de seus valores, visão de mundo e formas específicas de organização social (CARNEIRO, 2012).

Essas múltiplas formas de vividos e estratégias possibilitam uma maior integração por partes desses sujeitos às lógicas do mercado. A exploração de outras atividades acaba por introduzir novas possibilidades de trabalho complementares ou alternativas à agricultura, ampliando assim, a rede de sociabilidade. E por fim, esse sujeito do campo afirma a sua identidade em um processo no qual as características do campo e da cidade se misturam, ou seja, “(...) são cidadãos plenos, em articulação com os habitantes das cidades” (WANDERLEY, 2009, p. 134).

Não é possível, portanto, pensar a ruralidade somente como penetrada pelo mundo urbano e industrial, mas sim em uma troca de bens simbólicos e materiais, de práticas culturais e representações sociais dialéticas. Assim, o importante é deixar claro, por meio do ponto de vista dos sujeitos os significados de suas práticas sociais que operacionalizam essa interação e que alteram tanto o campo como os centros urbanos. Esses sujeitos que tem a possibilidade de viver na localidade rural revelam em sua fala os valores e os elementos que buscam como disponibilidade, espaço e relações sociais de interconhecimento. Deste modo, foi possível perceber a formulação de novas identidades sociais, não mais ligadas ao dito *ethos* camponês tradicional, mas forjadas por meio de novas relações sociais e de consumo que ocorrem por meio da experiência e sentimentos que os sujeitos viveram em suas trajetórias.

Apontamentos finais

Tratar da continuidade dos assentamentos no atual momento histórico é importante, pois está em curso um grande debate político sobre o prosseguimento dessas políticas. Essa afirmação é possível, pois é notória a diminuição do número de desapropriações destinadas à reforma agrária desde o governo Lula, que teve seu recorde de desapropriação no ano de 2005 de 400, até chegar a Dilma, que fez 28 desapropriações no ano de 2012 e 100 no ano de 2013. A justificativa dos governantes para esse baixo número é a necessidade de maior investimento nessas localidades em infraestrutura. Entretanto, no ano de 2012, somente a metade do orçamento de três bilhões destinados ao INCRA foi executado, o que demonstra a fragilidade do argumento e a demonstração da falta de prioridade nesse setor pela atual administração federal (Site MST; Site CPT).

Todavia, a falta de atenção do governo com a reforma agrária não produz somente números negativos, mas sim muito sofrimento de famílias que passam anos acampados expostos às condições climáticas, a escassez de alimentos e a falta de acesso à saúde e educação. Segundo o MST são, atualmente, 200 mil famílias acampadas a espera de um pedaço de chão. Assim, diferente das friezas dos números, esses sujeitos sentem em suas subjetividades cotidianamente as durezas e as pejejas da luta pela terra.

Aos que já venceram essas pejejas e possuem suas terras surgem outros desafios diante das frágeis políticas de acesso ao crédito, os limites dos programas de compra de alimentos realizados pelo governo federal por meio da CONAB e as precárias assistências técnicas oferecidas aos assentados que não proporcionam sofisticação e inovação. Esses são os maiores desafios que os sujeitos da segunda geração identificaram quando questionados sobre as dificuldades da permanência. E, segundo eles, esses fatores interferem diretamente na possibilidade de conseguir uma boa renda somente com o trabalho no lote e, por isso, as estratégias de permanência, como visto, sempre compreendem, em todos os lotes pesquisados, a busca de alternativas de geração de renda fora do trabalho agrícola, por meio do assalariamento, e em outras atividades.

Julgo importante deixar frisado que todas essas estratégias, arranjos, experiências e sentimentos, mostrados e analisados a partir da perspectiva teórica, devem ser lidas como a busca dos sujeitos em viabilizarem a vida dentro do assentamento, do lote e de sua própria família. Estratégias muitas vezes elaboradas de forma inventiva, criativa e a base de muito esforço e sofrimento. No limite, é a luta pela vida de sujeitos comuns, que elaboram estratégias para explorarem as inconsistências e/ou incoerências dos sistemas sociais e políticos para encontrarem frestas nas quais consigam viver com dignidade.

Referências

- BERTAUX, Daniel. *Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins fontes, 2009.
- CARNEIRO, Maria José. *Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica*. In: CARNEIRO, Maria José. (coordenadora) *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.
- DEL GROSSI, Mauro. Eduardo. SILVA, José Graziano da. *A pluriatividade na agropecuária brasileira*. Estudos Sociedade e Agricultura, 1998, p. 26-52.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. *Quem precisa de identidade?* In SILVA, T. T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MANNHEIM, Karl. *El problema de las generaciones*. In: Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS), n. 62, pp. 145-168, 1993.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- MARTINS, Rodrigo Constante. *A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo*. Tese de doutorado apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. *(Novas)Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território*. 34º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG, 2010.
- NORDER, Luiz Antônio Cabello. *Políticas de Assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004.
- _____. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- SCOPINHO, Rosemeire. Ap. *Em busca de “elos perdidos”*: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol. 12, n. 2, pp. 257-270, 2009.

_____. *Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural*. Ciência e Saúde Coletiva, 15 (Supl. 1), pp. 1575 – 1584, 2010.

SILVA, Maria Ap. Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, Maria Ap. Moraes, MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. *Sociologias* (UFRGS), v. 12, p. 196 – 240. 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WANDELEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WEBER, Max. *Ética Protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Portais acessados

Portal da Comissão Pastoral Da Terra, acessado em outubro de 2013.
<http://www.cptnacional.org.br/>

Portal do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, acessado em outubro de 2013.
<http://www.mst.org.br/>

Portal do Conselho regional de economia, acessado em outubro de 2013
<http://www.corecon-rj.org.br>,